GRUPO PARLAMENTAR
Partido Socialista
AÇORES

Plenário de julho 2018
Declaração Política
"Condições de Trabalho no Turismo"

Aquando do debate das propostas de Plano e de Orçamento para 2016 - numa altura em que era já evidente e documentado um assinalável crescimento do setor turístico na nossa Região – o Grupo Parlamentar do Partido Socialista alertava para a necessidade de o setor constituir na prática – e vou citar "uma ferramenta que permita aos Açores gerar mais valor, com implicações diretas na melhoria do emprego e dos rendimentos dos Açorianos".

No passado dia 21 de maio, na intervenção na Sessão Solene Comemorativa do Dia da Região, o Senhor Presidente do Governo Regional lançou um apelo às organizações representativas dos empresários e dos trabalhadores, particularmente do setor do Turismo. Apelou, então, para que, reforçando os meios de diálogo e concertação, promovessem uma melhoria das remunerações e das condições de estabilidade do emprego no setor.

Foi com base nestes pressupostos, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista iniciou há cerca de dois meses uma ronda de reuniões e contatos com entidades patronais e sindicais. Em concreto estivemos com a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, com a CGTP e com o Sindicato dos Profissionais Transportes, Turismo e Outros Serviços de São Miguel e Santa Maria. A UGT/Açores não se mostrou disponível para reunir antes da realização deste Plenário, por motivo de férias dos seus responsáveis.

O nosso objetivo era muito claro: sermos parte integrante de um processo de reflexão e diálogo, que permitisse redistribuir o aumento de rendimentos e dignificar as carreiras de quem trabalha nas diversas atividades relacionadas com o Turismo.

Temos consciência plena de que durante o período de crise profunda que viveu o Turismo na nossa Região foi exigido a todos, empresários e trabalhadores, um esforço adicional, para garantir a sobrevivência do setor turístico regional, mas também nos parece que, perante um aumento de quase 50 milhões de euros – mais 50% - nos proveitos gerados pelo setor, na Região, nos últimos três anos, não podemos deixar de fazer todos os esforços para que todos possam beneficiar deste crescimento.

O que encontrámos deixou-nos muito preocupados e é, no fundo, a razão de ser primeira desta Declaração Política.

A tabela salarial para o setor não é atualizada desde 2009, ou seja, vigora há 9 anos, inicia-se numa categoria que tem como remuneração 473€ mensais.

É certo que - como fez questão de salientar recentemente o Senhor Presidente da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores - os sucessivos aumentos do salário mínimo, promovidos pelo Governo do PS na República, já absorveram boa parte das categorias profissionais previstas na tabela, mas isso significa pura e simplesmente, que mais de metade dos empregados do setor ganha ou o ordenado mínimo ou pouco mais do que o ordenado mínimo.

Por outro lado, o processo de negociação de Contrato Coletivo do setor do Turismo dura há quase dois anos e é o único que se mantém em aberto. Além da questão das remunerações, permanecem por resolver os aspetos relativos às horas extraordinárias e às avaliações para efeitos de progressão na carreira.

Tratando-se de uma área de atividade de pendor sazonal, assente, em grande medida, em horários por turnos e em que as horas extraordinárias não são tradicionalmente contabilizadas como tal é da mais elementar racionalidade económica, nesta fase de franco crescimento, que se procure tornar as carreiras o mais apelativas possível, para que se garanta o melhor serviço possível.

Não parece ser esse, contudo, o rumo do processo negocial em curso.

Acresce que, segundo nos foi transmitido, o emprego que se tem vindo a criar no setor - por força do significativo aumento da procura - reproduz tendencialmente o modelo tradicional dos pagamentos à hora e dos contratos de curto prazo, ao invés de acompanhar a fase de consolidação e crescimento que se tem vindo a verificar de há três anos a esta parte.

Não temos uma visão romântica ou ingénua da relação entre o capital e o trabalho, ou o mesmo é dizer entre empresas e trabalhadores. Têm legitimamente interesses diversos e, por vezes, antagónicos, mas custa-nos muito a compreender que se coloquem todas estas dificuldades de entendimento num setor económico que cresce de forma tão assinalável.

A qualificação da oferta turística da Região também se faz – eu diria mesmo, faz-se sobretudo – garantindo boas condições de trabalho, estabilidade e boa e justa

remuneração, de modo a atrair os mais qualificados e a projetar, desta forma, a melhor imagem possível da nossa hospitalidade e a qualidade do serviço prestado.

Se foi possível, senhoras e senhores deputados, congregar representantes empresariais e representantes sindicais em torno de uma redução de impostos na Região, não se vislumbram razões para que esses mesmos parceiros não se empenhem numa coligação de vontades para garantir uma justa redistribuição dos proveitos gerados no Turismo, entre quem investe e quem trabalha no setor.

Se a UGT/Açores foi sensível aos argumentos em defesa da redução fiscal como estímulo à economia e ao mercado, estamos certos de que dispõe agora da oportunidade e dos créditos necessários para sensibilizar a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores para a urgência de concertar com os trabalhadores condições dignas e justas de trabalho.

Sempre reconhecemos, e valorizámos, a perseverança dos nossos empresários que se mantiveram de portas abertas nos anos difíceis. Da mesma forma, aplaudimos o espírito de iniciativa de quem agora arrisca novas ofertas e novos projetos, mas a verdade é que quem trabalha tem de ser remunerado de forma justa, de forma digna e de forma que se adeque aquilo que deles se exige.

E isso não está a acontecer. Sabemos nós, sabem as senhoras e os senhores deputados aqui nesta casa, sabem os trabalhadores açorianos e sabe quem verdadeiramente os representa e defende.

Fica o alerta e fica o desafio do GPPS, que é de todos nós, poderes públicos e sociedade civil, em nome de uma Região que se quer, tão próspera quanto equitativa, tão desenvolvida quanto justa, tão igual quanto livre.